



Brazilian
Initiative

**for the Voluntary
Carbon Market**

Consulta Pública sobre o Processo de Acreditação das Firmas Jurídicas

Julho de 2023



Objetivo da Consulta Pública

A Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono propõe, por meio de seus patrocinadores, uma consulta pública para coletar **inputs sobre o processo de acreditação sugerido para que Firmas Jurídicas** entrem no Repositório Brasileiro de Projetos

**Nosso objetivo é
testar o processo
de acreditação
proposto com um
público mais
amplo**

O que essa consulta pública é...



Validação dos **critérios** de **acreditação** propostos para participação das Empresas Jurídicas no Repositório Brasileiro de Projetos

... e o que não é



Convocar solicitações para participação de escritórios jurídicos no MVP do Repositório

Índice

Isenção de responsabilidade e instruções gerais

Breve contexto sobre a iniciativa BR MVC e o Repositório de Projetos

Processo de acreditação no Repositório de Projetos



Consulta Pública - Aviso de Isenção de Responsabilidade (1/2)

Isenção de responsabilidade

Este documento oferece apenas informações gerais e não se destina a fornecer consultoria política, regulatória, jurídica, contábil ou financeira, mas apenas a coletar inputs e feedbacks do público em geral sobre os mecanismos propostos pela Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono.

Será assegurada a maior transparência: todas as respostas serão publicadas ao final do período de consulta pública (07 de Agosto de 2023), juntamente com a identidade de cada respondente.

Reservamo-nos o direito de desconsiderar quaisquer respostas que não estejam relacionadas ao escopo desta consulta ou que usem linguagem inadequada.

O arcabouço jurídico do mercado de carbono no Brasil baseia-se em várias legislações:

- Decreto Federal nº 9073/2017 - ratifica o Acordo de Paris
- NDC brasileiro
- Estrutura de Varsóvia para REDD+ UNFCCC
- Estratégia Nacional Brasileira para REDD+ Projetos
- Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (Lei Federal nº 12.187/2009) e Decreto nº 9.578/2018 que regulamenta a Lei
- Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012)
- Decreto Federal nº 10.144/2019 (Institutos da Comissão Nacional para o REDD+ - CONAREDD+)
- CONAREDD+ Resoluções Nº 01,02 e 03/2020
- Programas Floresta+ e Floresta+ Carbono
- Política Nacional de Pagamentos de Serviços Ambientais (Lei Federal nº 14.119/2021)
- Decreto Federal nº 11.075/2022 - Criação do Sistema Nacional de Redução de Emissões de GEE (SINARE) e dos Planos Setoriais de Mitigação de Mudanças Climáticas

Consulta Pública - Aviso de Isenção de Responsabilidade (2/2)

Isenção de responsabilidade

Em nome da Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono, liderada pelos patrocinadores Amaggi, B3, Bayer, BNDES, Dow, Equinor, Itau, Natura, Rabobank, Vale, Systemica e a McKinsey & Company, Inc. do Brasil Consultoria Ltda., como coordenadora de conteúdo, processará as respostas e os dados apresentados na consulta pública aqui descrita, de acordo com os termos e condições descritos abaixo.

A McKinsey & Company tem o compromisso de proteger suas informações e dados pessoais. A McKinsey utilizará essas informações apenas para analisar e melhorar o processo proposto e dará respostas aos feedbacks recebidos. Seus dados serão tratados de acordo com as leis aplicáveis de privacidade de dados, nossas políticas internas e nossa [Política de Privacidade](#). Como a McKinsey é uma organização global, suas informações podem ser armazenadas e processadas pela McKinsey e suas afiliadas em países que não o seu local de residência. No entanto, independentemente da localização, aplicaremos o mesmo nível de cuidado e respeito pela sua privacidade.

O papel da McKinsey será de coletar informações e realizar uma análise independente, a qual poderá ser usada pela Iniciativa para elaborar suas próprias recomendações. Nesse sentido, a McKinsey não é responsável pela definição dos critérios de seleção ou pela tomada de qualquer decisão.

Como participar da consulta pública

- ▶▶ Leia primeiro o material de referência para obter todos os detalhes sobre o que a Iniciativa está propondo para o processo de nomeação



Em páginas de conteúdo específicas, você encontrará uma caixa verde no canto superior direito indicando como esse tópico será testado na consulta pública

- ▶▶ Para acessar a consulta pública e fornecer seu feedback sobre os mecanismos, visite o site da Iniciativa ou escaneie o QR code abaixo



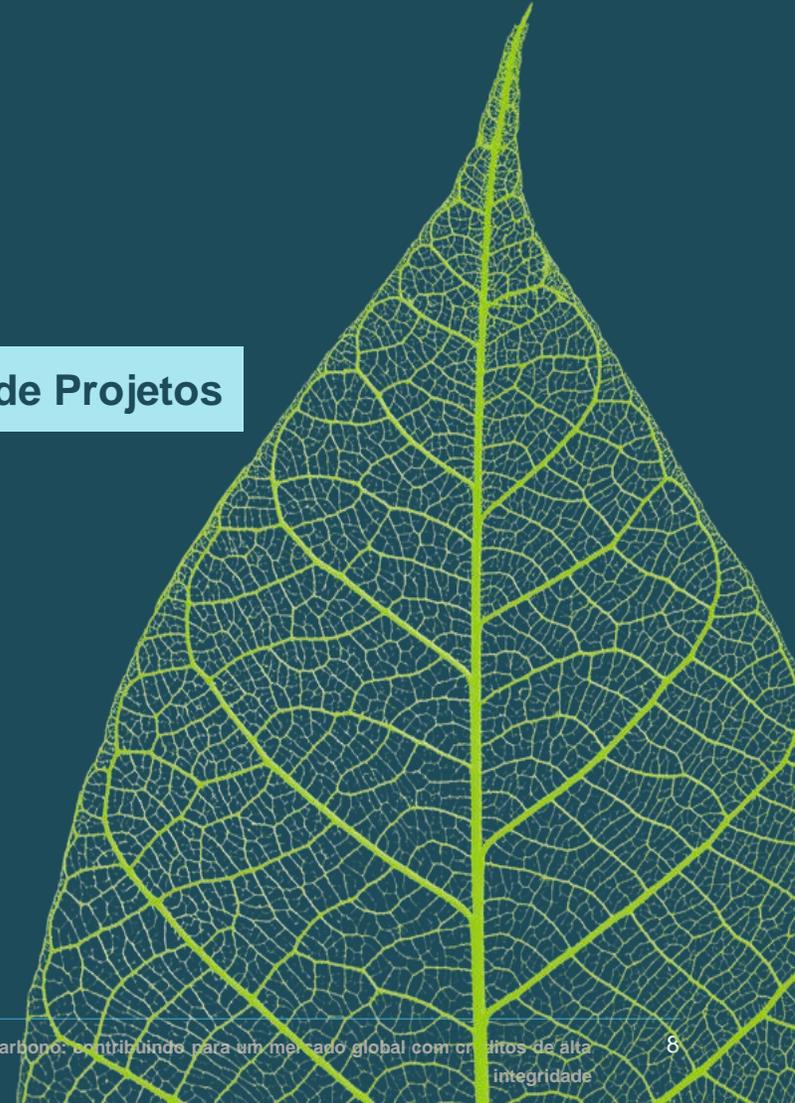
- ! Você não tem a obrigação de dar feedback sobre todas as perguntas - sinta-se à vontade para se manifestar apenas sobre os tópicos mais relevantes para você, com o maior nível de detalhe possível
- ! As propostas apresentadas nesse documento serão atualizadas/revisadas em resposta aos feedbacks obtido na consulta pública

Índice

Isenção de responsabilidade e instruções gerais

Breve contexto sobre a iniciativa BR MVC e o Repositório de Projetos

Processo de acreditação no Repositório de Projetos



A "Iniciativa Brasileira para o MVC" visa aumentar a contribuição brasileira para um MVC global com créditos de alta integridade

Missão da Iniciativa



Destruar o potencial do Brasil para apoiar o mundo no alcance da meta de *net zero*



Desenvolver um **Mercado Voluntário de Carbono (MVC)** de **alta integridade** como instrumento para atrair **fluxos financeiros substanciais** para revelar o potencial de financiamento do clima no Brasil e seus benefícios conjuntos (p.ex., proteção à biodiversidade, segurança da água, desenvolvimento socioeconômico)



Reconhecer a **principal necessidade de descarbonizar cadeias/operações de valor**, alavancando créditos de carbono para **compensar as emissões na jornada para atingir o net zero** e, em seguida, neutralizar as emissões residuais no ponto de net zero e subsequentes

Princípios orientadores



Buscar uma **ambição dupla: escalonar** o mercado brasileiro de carbono voluntário com **créditos de carbono de alta integridade**



Promover uma **agenda coletiva** que possa **desbloquear o mercado** criando uma **voz forte comum** (versus interesses individuais)



Criar uma **perspectiva baseada em fatos** que reflita as diversas visões dos participantes e de outras entidades



Desenvolver **ações táticas e voltadas à ação** (o diagnóstico foi feito, é hora de agir!)

Nossos esforços atuais estão focados em 4 mecanismos prioritizados para desenvolvimento na fase atual

Detalhado a seguir

01 Conselho MVC BR



Mecanismo proposto

Organização guarda-chuva para apoiar o BR MVC em escalar com alta integridade



02 Repositório de projetos



Repositório de projetos voluntários nacionais com informações-chave para otimizar o processo de diligência

03 Impacto da natureza jurídica do CC



Avaliação do impacto da definição da natureza jurídica em diversas dimensões, incluindo impactos contábeis, fiscais e de alocação de capital

04 Impacto das discussões globais



Avaliação das atuais discussões globais e potencial impacto no mercado brasileiro de carbono voluntário (p.ex., protocolo GHG)

Outros mecanismos

Soluções financeiras

Contratos de referência

Conjunto de dados de referência

Revisão da metodologia

Escanear o QR code ou ir a brvcm.org para saber mais sobre os mecanismos propostos pela Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono

Por que criar o Repositório? No nível local, o MVC atual tem pouca ou nenhuma especificação sobre estatuto e contexto local

Detalhado a seguir

Nível de impacto



Diretrizes de Integridade Global

Descrição

Benchmark global de projetos de crédito de carbono de alta integridade que é amplamente discutido no mercado mundial

Detalhamento da metodologia e dos processos para assegurar compliance e adesão aos princípios estão **em definição**

Exemplos

Princípios Básicos de Carbono (CCP) por IC-VCM

Status



Artigos sobre princípios publicados em 23/abr

Discussões sobre as principais convenções internacionais



Certificação no nível do projeto

Padrões e metodologias adotados por desenvolvedores certificados e monitorados por **Órgãos de Validação e Verificação** (VVBs)

Altamente aplicável em nível global, com tópicos relacionados à terra sendo levemente supervisionados (p.ex., abordagem comum em todas as regiões)

Verra
Padrão Gold



A maioria dos compradores exige certificação com um VVB para atestar a integridade



Integridade Jurídica

Quando em nível local, há **idiosincrasias específicas do país** (p.ex., propriedade de terras, regulamentação ambiental social) que **requerem verificação** para assegurar a **integridade do projeto**

Cada stakeholder segue diferentes processos e diretrizes, com **padrão/estrutura limitados para verificar ou monitorar** sua integridade e **transparência limitada**

VVBs começaram a exigir documentos específicos



N/A

Como o Repositório almeja abordar os pontos problemáticos? Três pilares estruturam o Repositório e sua proposta de valor



Disponibilidade de dados do MVC brasileiro

Consolidação e organização de projetos brasileiros de crédito de carbono, desde projetos já certificados até novos projetos que ainda estão sendo estruturados, dando aos usuários uma visão completa do mercado brasileiro

Integridade dos projetos brasileiros

Estruturação e padronização do processo de diligência, fornecendo às partes interessadas mecanismos para certificar a integridade (p.ex., cruzamento de informações de diferentes bases, acesso ao memorando feito por uma pessoa jurídica credenciada pelo Repositório)

Educação sobre MVC e especificidades brasileiras

Relevância das informações validadas pela plataforma, disseminando conhecimento sobre o contexto brasileiro e sobre o projeto em questão

Como a plataforma está sendo construída para responder a cada pilar?

Existem vários recursos por pilar que formam a proposta da plataforma

 Tópico da consulta



Índice

Isenção de responsabilidade e instruções gerais

Breve contexto sobre a iniciativa BR MVC e o Repositório de Projetos

Processo de acreditação no Repositório de Projetos

O processo de acreditação é vital para garantir a integridade do Repositório e dos projetos



Você tem alguma consideração sobre o processo de acreditação?

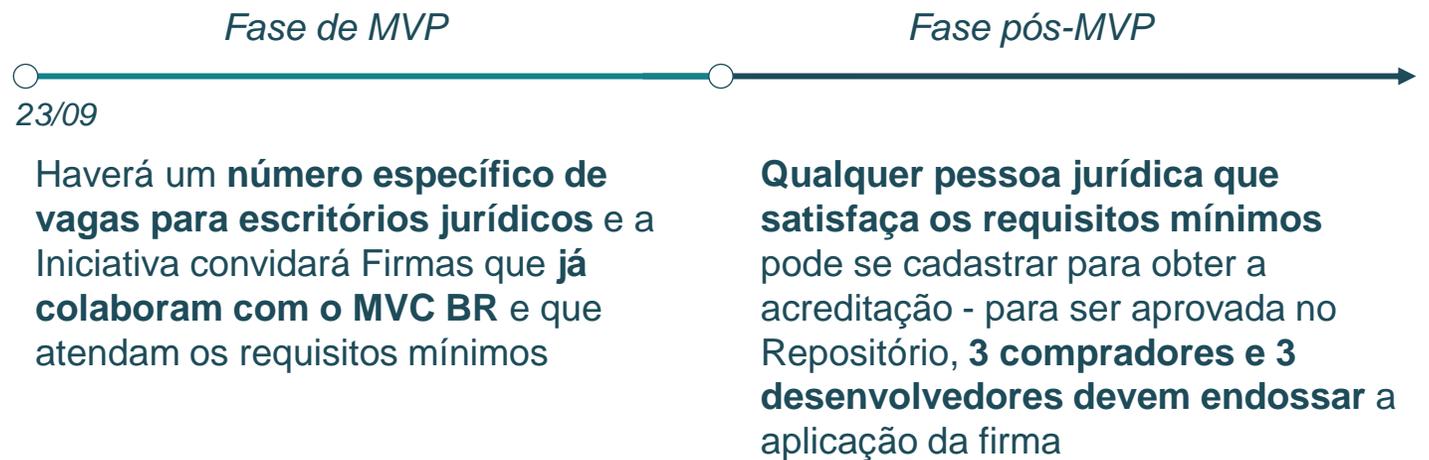
Papel da Firma Jurídica

Firmas jurídicas serão contratadas por compradores e desenvolvedores para **realizar diligências** em projetos de carbono seguindo o **protocolo de diligência padrão** do Repositório. A Firma Jurídica terá acesso à documentação do projeto, **identificando potenciais riscos** e colaborando para um **mercado de alta integridade**.

O processo de diligência não tem o objetivo de ser uma certificação padrão adicional e não apresentará retrabalho, pois **enfocará tópicos específicos do projeto e aspectos de jurisdição**.



> Como ocorrerá o processo de credenciamento?



Requisitos mínimos para credenciamento

- Classificada em pelo menos uma das seguintes categorias na Chambers Brazil: *ESG; Environmental; Real Estate; Agrobusiness*
- Mais de 5 diligências realizadas em projetos relacionados a carbono nos últimos 3 anos
- Mínimo de 10 anos de existência da Firma ou 10 anos de experiência na área por parte de sócios da Firma

